



Centro de Bem Estar Social
de Reguengo

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	19
5. Activos Fixos Tangíveis	20
6. Activos Intangíveis	22
7. Locações	23
8. Custos de Empréstimos Obtidos	24
9. Inventários	24
10. Rédito	25
11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	25
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	26
13. Benefícios dos empregados	26
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	26
15. Outras Informações	27
15.1. Investimentos Financeiros	27
15.2. Clientes e Utentes	27
15.3. Outras contas a receber	28
15.4. Diferimentos	28
15.5. Caixa e Depósitos Bancários	28
15.6. Fundos Patrimoniais	29
15.7. Fornecedores	29
15.8. Estado e Outros Entes Públicos	29
15.9. Outras Contas a Pagar	30
15.10. Subsídios, doações e legados à exploração	30
15.11. Fornecimentos e serviços externos	31

15.12.Outros rendimentos e ganhos	32
15.13.Outros gastos e perdas	32
15.14.Resultados Financeiros	32
15.15.Acontecimentos após data de Balanço	33

Balanco

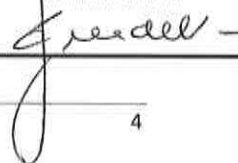
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	539 805,30	504 548,38
Bens do património histórico e cultural			
Investimentos em Curso	5	39 596,67	39 596,67
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	15.1	1 837,25	1 837,25
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		581 239,22	545 982,30
Activo corrente			
Inventários	9	1 910,90	1 685,99
Clientes	15.2	15,77	26,77
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	15.8	2 218,20	2 719,61
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	192,00
Outras contas a receber	15.3	1 086,95	0,08
Diferimentos	15.4	3 508,63	4 064,31
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	15.5	136 616,87	124 364,22
Subtotal		145 357,32	133 052,98
Total do activo		726 596,54	679 035,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.6	5 000,00	5 000,00
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	15.6	165 996,05	141 292,59
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.6	438 832,44	431 707,38
Resultado Líquido do período		-6 173,51	24 703,46
Total do fundo do capital		603 654,98	602 703,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15.7	6 850,34	5 025,45
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	15.8	3 519,14	2 660,78
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	15.4	174,00	24,00
Outras contas a pagar	15.9	112 398,08	68 621,62
Outros passivos financeiros			
Subtotal		122 941,56	76 331,85
Total do passivo		122 941,56	76 331,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		726 596,54	679 035,28

Reguengo, 27 de Março 2026

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE



Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	246 947,07	160 440,00
Subsídios, doações e legados à exploração	12/15.10	4 163,00	110 963,44
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-39 159,62	-44 248,92
Fornecimentos e serviços externos	15.11	-31 127,13	-32 881,19
Gastos com o pessoal	13	-178 864,76	-168 139,72
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.12	8 954,61	14 651,27
Outros gastos e perdas	15.13	-507,18	-2 357,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 405,99	38 426,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-17 224,39	-16 085,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6 818,40	22 341,57
Juros e rendimentos similares obtidos	15.14	644,89	2 361,89
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		-6 173,51	24 703,46
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-6 173,51	24 703,46

Reguengo, 27 de Março 2026

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE

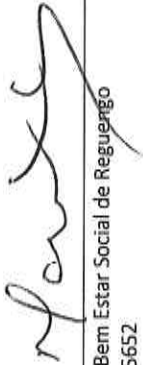


Demonstração dos Resultados por Funções

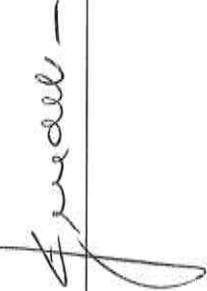
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Ap. Domiciliário	Centro Dia	PERÍODOS	
				2025	2024
Vendas e serviços prestados		166 625,22	80 321,85	246 947,07	160 440,00
* Quotizações		360,18	260,82	621,00	
* Serviços Prestados a Particulares		80 184,50	56 713,06	136 897,56	
* Serviços Prestados a Entidades Públicas		86 040,54	23 247,97	109 288,51	
ISS, IP		86 040,54	23 247,97	109 288,51	
Outras Entidades Públicas				0,00	
* Serviços Prestados - Outros		40,00	100,00	140,00	
Subsídios, doações e legados à exploração		2 414,54	1 748,46	4 163,00	110 963,44
* Subsídios de Outras Entidades Públicas		1 781,18	1 289,82	3 071,00	
ISS, IP				0,00	
ISS, IP - Apoios Excepcionais e Extraordinários				0,00	
Outras Entidades Públicas		1 781,18	1 289,82	3 071,00	
* Subsídios de Outras Entidades		420,50	304,50	725,00	
* Doações, Heranças e Legados		212,86	154,14	367,00	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-22 712,58	-16 447,04	-39 159,62	-44 248,92
Fornecimentos e serviços externos		-18 053,74	-13 073,39	-31 127,13	-32 881,19
Gastos com pessoal		-103 741,56	-75 123,20	-178 864,76	-168 139,72
Imparidade de dívidas a receber				0,00	
Outros rendimentos e ganhos		5 193,67	3 760,94	8 954,61	14 651,27
* Correções de Períodos Anteriores		90,48	65,52	156,00	
Correções Positivas Participações SS				0,00	
Outras Correções de Períodos Anteriores		90,48	65,52	156,00	
* Imputação de Subsídios ao Investimento		3 552,47	2 572,47	6 124,94	
Outros Rendimentos e Ganhos		1 550,73	1 122,94	2 673,67	
Outros gastos e perdas		-294,16	-213,02	-507,18	-2 357,99
* Correções de Períodos Anteriores		-188,65	-136,61	-325,26	
Correções Negativas de Participações da SS do ISS, IP				0,00	
Outras Correções de Períodos Anteriores		-188,65	-136,61	-325,26	
* Outros Gastos e Perdas		-105,51	-76,41	-181,92	
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		29 431,39	-19 025,40	10 405,99	38 426,89
Gastos/reversões de depreciações e amortizações		-9 990,15	-7 234,24	-17 224,39	-16 085,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 441,25	-26 259,65	-6 818,40	22 341,57
Juros e rendimentos similares obtidos		374,04	270,85	644,89	2 361,89
Juros e gastos similares suportados				0,00	
Resultado líquido do período		19 815,28	-25 988,79	-6 173,51	24 703,46

Reguengo, 27 de Março 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PRESIDENTE



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		246 958,07	160 653,33
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		61 986,01	76 041,84
Pagamentos ao pessoal		168 375,02	174 492,65
Caixa gerada pelas operações		16 597,04	-89 881,16
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-429,24	590,47
Outros recebimentos/pagamentos		33 812,79	100 451,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		50 839,07	9 979,71
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		52 481,31	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			861,33
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		13 250,00	
Juros e rendimentos similares		644,89	2 361,89
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-38 586,42	3 223,22
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12 252,65	13 202,93
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		124 364,22	111 161,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		136 616,87	124 364,22

Reguengo, 27 de Março 2026

O Contabilista Certificado



O PRESIDENTE



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social de Bem Estar de Reguengo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As *“Propriedades de Investimento”* são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica *“Aumentos/reduções de justo valor”*, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção

na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
...	
Outros activos intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *"Fornecimentos e Serviços Externos"*.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Devido à recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o estado e as entidades do setor não lucrativo (ESNL), cabe informar que no período de 2025 a entidade contabilizou as verbas recebidas provenientes dos acordos de cooperação da segurança social na conta 72 – Prestação de Serviços ao invés da conta 75 – Subsídios à Exploração, onde foram contabilizados nos períodos anteriores a 2025.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	361 627,68	-	-	-	-	361 627,68
Edifícios e outras construções	131 414,48	-	-	-	-	131 414,48
Equipamento básico	10 779,41	2 074,35	-	-	-	12 853,76
Equipamento de transporte	106 216,01	-	(15 317,77)	-	-	90 898,24
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5 797,04	324,28	-	-	-	6 121,32
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	615 969,05	2 398,63	(15 317,77)	-	-	603 049,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	36 796,07	2 628,29	-	-	-	39 424,36
Equipamento básico	8 332,09	733,54	-	-	-	9 065,63
Equipamento de transporte	46 740,62	12 648,47	(15 317,77)	-	-	44 071,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5 730,77	75,02	-	-	-	5 805,79
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	97 733,98	16 085,32	(15 317,77)	-	-	98 501,53

	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2024
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	361 627,68	-	-	-	-	361 627,68
Edifícios e outras construções	131 414,48	-	-	-	-	131 414,48
Equipamento básico	12 853,76	6 251,84	-	-	-	19 105,60
Equipamento de transporte	90 898,24	46 229,47	-	-	-	137 127,71
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	6 121,32	-	-	-	-	6 121,32
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	603 049,91	52 481,31	-	-	-	655 531,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	39 424,36	2 712,85	-	-	-	42 137,21
Equipamento básico	9 065,63	1 111,89	-	-	-	10 177,52
Equipamento de transporte	44 071,32	13 261,58	-	-	-	57 332,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5 805,79	138,07	-	-	-	5 943,86
Outros activos fixos tangíveis	134,43	-	-	-	-	134,43
Total	98 501,53	-	-	-	-	115 725,92

	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2025
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

No que concerne aos “Ativos Fixos Tangíveis em Curso” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2025 e 2024, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Ativos Fixos Tang. Em Curso	27 538,86	12 057,81	-	-	-	39 596,67
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	27 538,86	12 057,81	-	-	-	39 596,67

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2025
Ativos Fixos Tang. Em Curso	39 596,67	-	-	-	-	39 596,67
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	39 596,67	-	-	-	-	39 596,67

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2024
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2025
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escruturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escruturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	-	-	-	-	-
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 206,29	44 728,62	-	1 685,99	39 384,53	-	1 910,90
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	1 206,29	44 728,62	-	1 685,99	39 384,53	-	1 910,90

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	44 248,92	39 159,62
Variações nos Inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 1.910,90€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€;
- Matérias de Consumo: 0,00€.

10. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	246 947,07	160 440,00
Mensalidades dos utentes	136 897,56	159 233,00
Quotizações	621,00	942,00
Acompanhamento de utentes	140,00	265,00
Comparticipação da SS (Acordos Típicos)	109 288,51	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	246 947,07	160 440,00

Verifica-se um aumento significativo na rubrica “Prestação de serviços” pelo facto de no ano de 2025 os valores dos acordos recebidos da segurança Social passarem a serem contabilizados nesta conta, como foi referido no ponto 4 deste anexo.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Provisões específicas do sector	-	-	-	-

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	3 071,00	108 717,21
ISS, IP Centros distritais	-	106 972,64
IEFP	-	114,29
Apoio Segurança Social - Sim Penhorável	-	-
Uião Freguesias Reguengo e S. Julião	3 071,00	1 630,28
Apoio IAPMEI	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	3 071,00	108 717,21

Ao inverso do referido no ponto 10 do presente anexo, nesta rubrica "Subsídios do Governo" verifica-se uma diminuição significativa na comparticipação da Segurança Social, pelos motivos já mencionados no ponto 4 e ponto 10 deste anexo.

13. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Gastos Com pessoal	178 864,76	168 139,72
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	145 994,81	137 660,29
Encargos sobre as Remunerações	30 703,79	28 499,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 821,21	1 286,51
Medicina no Trabalho	226,50	69,00
Fardamento do Pessoal	-	251,98
Formação	118,45	100,00
Jantar de Natal (Colaboradores)	-	272,35

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Depósitos a Prazo	-	-
Depósito Bancário a Prazo	-	-
...	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	1 837,25	1 837,25
FCT - Fundos Compensação do trabalho	1 837,25	1 837,25
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	1 837,25	1 837,25

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	15,77	26,77
Clientes	-	-
Utentes	15,77	26,77
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes Adiantamentos	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	15,77	26,77

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

15.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Quotas a Receber	-	-
Restituição IVA a receber	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 086,95	0,08
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1 086,95	0,08

15.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros a Reconhecer	2 046,11	1 881,99
Produtos Limpeza e Higiene	1 462,52	562,03
Material Covid-19	-	1 463,79
Material Escritório	-	156,50
Total	3 508,63	4 064,31
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	174,00	24,00
...	-	-
...	-	-

15.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	766,45	377,75
Depósitos à ordem	5 850,42	43 986,47
Depósitos a prazo	130 000,00	80 000,00
Outros	-	-
Total	136 616,87	124 364,22

15.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	5 000,00	-	-	5 000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	141 292,59	24 703,46	-	165 996,05
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	431 707,38	13 250,00	(6 124,94)	438 832,44
Total	577 999,97	37 953,46	(6 124,94)	609 828,49

15.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	6 850,34	5 025,45
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	6 850,34	5 025,45

15.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
Retenções Efetuadas Por Terceiros	161,23	590,47
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 056,97	2 129,14
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2 218,20	2 719,61
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	189,00	37,00
Segurança Social	3 330,14	2 623,78
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	3 519,14	2 660,78

15.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	9 631,38	-	-
Remunerações a pagar	-	9 631,38	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Previsão de Férias e Encargos	-	31 435,60	-	26 585,63
Água/Eletricidade a Liquidar	-	160,76	-	135,83
Subs.Invest.Recebidos-Carrinha e Iar	-	69 900,00	-	41 900,00
Acordos Segurança Social	-	1 270,34	-	0,16
Total	-	112 398,08	-	68 621,62

15.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subs. de outras entidades - Protoc.Farmácia	725,00	880,00
Donativo Monetários	367,00	1 366,23
Donativos em Espécie	-	-
Legados	-	-
Outros	-	-
Total	1 092,00	2 246,23

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	5 801,84	5 439,67
Materiais	2 361,74	1 968,20
Energia e fluidos	15 299,99	19 087,74
Deslocações, estadas e transportes	30,35	-
Serviços diversos (*)	7 633,21	6 385,58
Rendas e Alugueres	-	-
Comunicação	1 073,65	944,96
Seguros	2 276,02	2 380,15
Contencioso e Notariado	123,00	69,38
Despesas de Representação	-	-
Limpeza, Higiene e Conforto	2 799,04	2 514,29
Outros serviços(#)	1 361,50	476,80
- Contrato Sage	165,96	158,76
- Material 1º Socorros	59,65	-
- Alimentação Animais	5,17	2,95
- Letra de Parede em PVC	-	-
- Flores	122,50	3,38
- Segurança Alimentar	307,50	153,75
- Flores P/Dia da Mulher	52,70	-
- Almoço C/Utentes	121,30	-
...	-	-
- Prendas Natal/Aniversário Utentes	126,34	32,50
- Teste Covid-19	-	-
...	-	-
- Segurança Higiene no Trabalho	400,38	125,46
Total	31 127,13	32 881,19

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	195,46
Mais-Valia Venda de Carrinha	-	5 598,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Receita Stand - Festas	367,65	385,00
Excesso Prov. Subs.Férias e Encargos	1 955,02	-
Correções Per. Anter. (Quotas)	156,00	811,00
Imputação subsídios ao investimento	6 124,94	6 124,90
Rifas de Natal	190,00	-
Receita Feira de Natal	161,00	-
Estorno Seguradora	-	1 536,91
...	-	-
Total	8 954,61	14 651,27

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Imposto de selo desp. bancárias	1,92	3,73
IMI	-	-
AIMI	-	-
Quotizações	180,00	180,00
Desvalorização Fundos Compensação	-	-
Correções P.Anteriores - Seg.Hig.Trabalho	325,26	-
Insuf. Provisão Férias e Subs. Férias P/2024	-	2 174,26
...	-	-
Total	507,18	2 357,99

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	644,89	2 361,89
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	644,89	2 361,89
Resultados financeiros	644,89	2 361,89

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela assembleia geral em 27 de Março de 2026.

Reguengo, 27 de Março de 2026

